



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 974 DE 18 DE MARÇO DE 2021.

RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO, ENTRE MUNICÍPIOS BRASILEIROS, COM A FINALIDADE DE ADQUIRIR VACINAS PARA COMBATE  PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, MEDICAMENTOS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS NA ÁREA DA SAÚDE.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 Fica ratificado, nos termos da Lei Federal n 11.107/2005 e seu Decreto Federal Regulamentador n 6.017/2007, o Protocolo de Intenções contido no Anexo I desta Lei, firmado entre municípios de todas as regies da República Federativa do Brasil, visando precipuamente a aquisio de vacinas para combate à pandemia do Coronavírus, além de outras finalidades de interesse público relativas à aquisio de medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde.

Art. 2 O Protocolo de Intenções, após sua ratificao, converter-se- em contrato de consórcio público.

Art. 3 O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica.

Art. 4 Fica autorizada a abertura de dotao orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8 da Lei Federal 11.107/2005, podendo ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicao.

Art. 6 Revogam-se as disposies em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

Handwritten signature and date:
2/10/21



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL
NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


VALDIR DE OLIVEIRA JARDIM
Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ANEXO I

PROTOCOLO DE INTENOES DO CONECTAR - CONSÓRCIO NACIONAL DE VACINAS DAS CIDADES BRASILEIRAS

PROTOCOLO DE INTENOES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICIIOS DESCRITOS EM SEU ANEXO I, QUE TEM POR FINALIDADE A AQUISIO DE VACINAS PARA COMBATE A PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVIRUS (COVID-19), ALEM DE OUTRAS OBJETIVOS PREVISTOS EM SUAS CLÁUSULAS, QUE SE ENCONTRAM REDIGIDAS DE ACORDO COM A LEI FEDERAL N 11.107/2005 E SEU DECRETO FEDERAL REGULAMENTADOR N 6.017/2007, DIPLOMAS QUE DISPÕEM SOBRE NORMAS GERAIS PARA A CONTRATAO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS PELOS ENTES FEDERADOS.

CLÁUSULA 1

Denominao

O presente consórcio será denominado, CONECTAR - Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras.

CLÁUSULA 2

Finalidades do consórcio

2.1 A finalidade precua do consórcio público é a aquisio de vacinas para combate à pandemia do coronavírus (COVID-19) e suas variantes.

2.2 O consórcio também tem como finalidade a aquisio de medicamentos, insumos, serviços e equipamentos na área da saúde em geral.

CLÁUSULA 3

Prazo de durao

Prefeitura Municipal de Guatapar/SP -Rua dos Jasmins, 296 - Centro - CEP:14115-000 - Guatapar/SP

Fone/Fax: 16 3973-2020 - www.guatapara.sp.gov.br

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

3. O prazo de duração do presente consórcio é indeterminado.

CLÁUSULA 4^a

Sede do consórcio

4. A sede do consórcio será em Brasília/DF.

CLÁUSULA 5^a

Identificação dos entes federados participantes

5. O presente consórcio  constituído inicialmente pelos municípios brasileiros descritos no Anexo I deste protocolo de intenções, sendo facultado o ingresso de outros municípios nos termos da Lei n 11.107/2005.

CLÁUSULA 6^a

rea de atuação

6. A rea de atuação do consórcio corresponde à área de abrangência dos municípios que compõem o consórcio. Na medida em que outros municípios façam a adesão ao presente protocolo de intenções, fica automaticamente estendida a área de atuação do consórcio.

CLÁUSULA 7^a

Natureza jurídica

7. O consórcio possui personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, sendo a Assembléia Geral seu principal órgão de deliberação.

CLÁUSULA 8^a

Representação do consórcio perante outras esferas de governo

8.1. O presidente do consórcio terá competência para representar os municípios consorciados, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer esferas de governo ou de poder, bem como, perante entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.

8.2. O presidente representar o consórcio ativa e passivamente, nas esferas judicial e extrajudicial.

CLÁUSULA 9^a

Prefeitura Municipal de Guatapar/SP -Rua dos Jasmins, 296 - Centro - CEP:14115-000 - Guatapar/SP

[Handwritten signature]
2/10/11



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

***Normas de convocação e funcionamento da assembleia geral -
elaboração, aprovação e alteração do estatuto social***

9.1. A assembleeia geral será convocada, de forma ordinária, pelo presidente do consórcio, e, de forma extraordinária, por 1/6 (um sexto) dos votos de seus membros.

9.2. A reunião ordinária da assembleia geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias. A reunião extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. As reunioes deverão ter ampla divulgação na mdia, notadamente na rede mundial de computadores (internet).

9.3. O estatuto social será aprovado na primeira reunião da assembleia geral.

9.4. O estatuto social somente poderá ser alterado por 2/3 dos votos dos membros presentes  assembleia geral, em reunião com grande divulgação, e especialmente convocada para esta finalidade.

CLÁUSULA 10^a

assembleia geral e sua forma deliberação

10.1. A assembleia geral é a instância máxima de deliberação do consórcio, nos termos do art. 4, VII, da Lei Federal n 11.107/2005.

10.2. Cada membro do consórcio terá direito a pelo menos um voto na assembleia geral, independentemente da sua população, nos termos do art. 4,  2 da Lei Federal n 11.107/2005.

Os consorciados terão direito a mais um voto na assembleia geral a cada 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes que possuir, de acordo com dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), limitado a 150 (cem) votos por município consorciado.

10.3. A assembleia geral de constituição do Consórcio se dará no dia 22/03/2021, às 15h.

CLÁUSULA 11^a

Eleição e duração do mandato do representante legal

[Handwritten signature]
2/aldin



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

11. O representante legal do consórcio público e a diretoria são eleitos em assembleia geral, para um mandato de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA 12^a

Número, forma de provimento e remunerao do pessoal do consórcio

12.1. O quadro de pessoal são composto por empregos em comissão, e por empregados públicos, admissíveis por concurso público de provas e títulos, nos termos do art. 6,  2, da Lei Federal n 11.107/2005.

12.2. O quadro básico de pessoal são composto: secretário-executivo (01); secretria (01); assessor jurídico (01); contador (01); economista (01); médico (01); farmacêutico (01); assessor de comunicao (01); bacharel em comércio exterior (1); assessor administrativo e financeiro (01). Os empregos são providos na medida da constatao das necessidades do consórcio pela sua diretoria.

12.3. Para além do quadro básico de pessoal acima descrito, o secretário executivo deverá submeter ao representante legal do consórcio o quadro geral de pessoal da instituio, bem como um plano de cargos e slrios dos empregados que deverá conter: a remunerao que poderá estruturada na forma de vencimento, gratificao e verba indenizatória; o número de postos de trabalho, em comissão e de empregos públicos, além dos já definidos neste protocolo de intenoes.

12.4. O regime jurídico de pessoal são o da Consolidao das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n 5.452/1943).

CLÁUSULA 13^a

Casos de contratao temporária para atendimento de interesse público

13. A forma da contratao emergencial são estabelecida pela direo do consórcio, a teor do art. 37, IX, da Constituio da República. O pessoal contratado sob este modelo jurídico deverá ser o mínimo necessário para atendimento  situao emergencial.

CLÁUSULA 14^a

Handwritten signature and date: 2/10/2011



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviços públicos

14.1. O consórcio poderá pactuar contrato de gestão nos termos da Lei Federal n 9.649/98, e também termo de parceria, nos termos da Lei Federal n 9.790/90.

14.2. A gestão associada de serviços públicos poderá ser executada pelo consórcio, desde que haja aprovao pela sua diretria, e desde que haja lei autorizativa dos municípios indicando: a) as competências específicas que serão transferidas para a execuo do consórcio público; b) a indicao de quais serviços públicos serão beto da gestão associada, e área de interesse em que serão prestados; c) a autorizao expressa para licitar e contratar mediante concessão, permissão e autorizao os serviços públicos indicados; d) condições básicas do regime jurídico do contrato de programa; e) os critérios relativos à remunerao do concessionário do serviço público contratado.

CLÁUSULA 15^a

Direitos dos consorciados - exigência de cumprimento dos objetivos do consórcio e direito de voto na assembleia geral

15. O consorciado que estiver adimplente com suas obrigações estatutárias tem o direito de exigir o cumprimento de todas as cláusulas do contrato de consórcio público e do Estatuto Social da Entidade.

CLÁUSULA 16^a

Fontes de receita nacionais e internacionais do consórcio

16. As fontes de receita do consórcio públicos são as seguintes: a) recursos repassados pelos municípios consorciados na forma do contrato de rateio; b) repasses da União, dos Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios não consorciados na forma de celebrao de convênio ou contrato de repasse; c) transferências voluntárias da União e Estados-Membros; d) doações de pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, nacionais e internacionais; e) doações de pessoas físicas; f) doações de outros órgãos, pessoas jurídicas de direito público ou outros consórcios. g) remunerao pelos próprios serviços prestados; h) as rendas decorrentes da

[Handwritten signature]
2/10/11



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

exploração de seu patrimnio e da alienação de seus bens. i) dentre outras especificadas em seu estatuto.

CLÁUSULA 17^a

Licitação compartilhada

17. O consórcio poderá realizar licitação com previsão no edital para que contratos respectivos sejam celebrados direta ou indiretamente pelos municípios consorciados, nos termos do art. 112,  1, da Lei Federal n 8.666/93.

CLÁUSULA 18^a

Prazo para ratificação e constituição do consórcio

18. O presente contrato de consórcio público poderá ser celebrado por apenas parte de seus signatários originais, sem prejuízo da adesão dos demais integrantes que venham a ratificar o protocolo de intenções em data posterior.

Guatapar, 18 de março de 2021.


JURACY COSTA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL